

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 112/XII/ 3.ª SL

Aos 22 dias do mês de outubro de 2013, pelas 17:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.

2. Distribuição de Iniciativas:

- Proposta de Lei nº 177/XII/3ª - "Aprova as Grandes Opções do Plano para 2014";
- Proposta de Lei nº 178/XII/3ª - "Aprova o Orçamento do Estado para 2014".
- Proposta de Resolução 68/XII/3 - "Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a Criação do Bloco Funcional de Espaço Aéreo do Sudoeste (SW FAB), assinado em Lisboa, em 17 de maio de 2013".

3. Discussão do Projeto de Resolução nº 846/XII/3ª (PCP) - "Recomenda ao Governo a salvaguarda do Instituto de Investigação Científica Tropical e de todos os postos de trabalho".

4. Aprovação da Ata nº 110, relativa à reunião de 8 de outubro 2013.

5. Outros assuntos.

1. Informações.

O Sr. Presidente em exercício, Deputado Carlos Alberto Gonçalves, deu início à reunião começando por informar sobre a realização do II Encontro Mundial de Luso-Eleitos, no próximo dia 24 de outubro, na Assembleia da República. Foram convidados a estar presentes os membros da Mesa e os Coordenadores dos Grupos Parlamentares, mas todos os membros da Comissão que desejem assistir aos trabalhos e participar poderão fazê-lo.

Informou também que a Comissão de Negócios Estrangeiros e a Subcomissão de Segurança e Defesa do Parlamento Europeu estão a organizar reunião, que decorrerá

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 112/XII/ 3.ª SL

no próximo dia 5 de novembro, em Bruxelas, para discutir o futuro da defesa europeia e preparação do Conselho europeu de dezembro. Nos termos dos critérios fixados, compete aos grupos parlamentares do PSD e do CDS-PP indicar membro para participar. Dado que o prazo para inscrições é o dia 24 de outubro pediu que a indicação seja feita até amanhã.

Deu conhecimento do pedido de audiência apresentado pela FENPROF, sobre a situação no Instituto de Investigação Científica e Tropical, tendo sugerido que se marcasse para dia 30, quarta-feira, antes da reunião ordinária da Comissão, o que mereceu concordância dos membros da Comissão.

Dado que a COFAP solicita que os pareceres relativos às GOPs e ao OE lhe sejam enviados até dia 25, sexta-feira, propôs que se agendasse reunião para a próxima quinta-feira, antes do Plenário, para esse efeito, o que mereceu igualmente concordância dos membros da Comissão.

Relativamente ao pedido de audiência do Presidente da Comissão de Língua, Educação e Cultura (CLEC) ao Presidente da CNECP, informou que iria marcar audiência para dia 31 de outubro e sugeriu que participassem os membros da Mesa e os Coordenadores dos grupos parlamentares.

A concluir, informou que a audição do Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros, no quadro da apreciação do Orçamento do Estado para 2014, estava agendada para dia 8 de novembro, sexta-feira, 15:00.

2. Distribuição de Iniciativas:

- Proposta de Lei nº 177/XII/3ª - "Aprova as Grandes Opções do Plano para 2014";

- Proposta de Lei nº 178/XII/3ª - "Aprova o Orçamento do Estado para 2014".

De acordo com a grelha de distribuição, compete ao grupo parlamentar do CDS-PP elaborar os dois relatórios, tendo sido nomeado para o efeito o Sr. Deputado José Lino Ramos.

- Proposta de Resolução 68/XII/3 - "Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a Criação do Bloco Funcional de Espaço Aéreo do Sudoeste (SW FAB), assinado em Lisboa, em 17 de maio de 2013".

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 112/XII/ 3.ª SL

Cabe ao grupo parlamentar do PS indicar Deputado/a para elaborar o parecer respetivo.

3. Discussão do Projeto de Resolução nº 846/XII/3ª (PCP) - "Recomenda ao Governo a salvaguarda do Instituto de Investigação Científica Tropical e de todos os postos de trabalho".

A Deputada Rita Rato (PCP) começou por agradecer aos restantes grupos parlamentares a disponibilidade para procederem à discussão desta iniciativa que *Recomenda ao Governo a salvaguarda do Instituto de Investigação Científica e Tropical (IICT) e de todos os postos de trabalho*. O grupo parlamentar do PCP tem acompanhado com preocupação a situação do IICT, cuja tutela foi transferida do Ministério da Educação para o Ministério dos Negócios Estrangeiros. No passado dia 13 de setembro, o Presidente do IICT, Prof. Dr. Braga de Macedo, assinou um despacho onde afirma que *"no projeto de proposta de Orçamento do Estado para 2014 (OE), as medidas específicas do IICT reduzem fortemente as verbas para a investigação"*. A redução é de cerca de 40% das transferências do OE e representa não uma redução de verbas destinadas à investigação, mas um corte na massa salarial que pode atingir cerca de metade do número dos investigadores do quadro da instituição. Toda a investigação feita no IICT é financiada unicamente por fontes externas ao Instituto, angariadas pelos seus investigadores.

Referiu ainda que há 13 anos que não se realizam concursos de carreira de investigação no IICT, pelo que tem havido um esforço muito significativo da parte dos investigadores, no sentido de manterem um bom nível de produtividade. Destacou ainda o facto de nos últimos 8 anos se ter verificado uma redução significativa dos quadros do IICT, de cerca de 60% do total de trabalhadores e de 66% de investigadores do quadro.

O grupo parlamentar do PCP formulou no passado dia 7 de outubro pergunta ao Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros, sobre despedimentos no IICT, que ainda não obteve resposta.

Concluiu referindo que o orçamento para esta instituição centenária representa pouco mais de 1% do orçamento para o MENE e salientou que o que consta no Relatório do OE sobre este Instituto não reflete o que vem nos quadros da proposta de lei do OE. Isto é, a descrição e objetivos referidos no Relatório do OE2014 é incompatível com

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 112/XII/ 3.ª SL

um corte de 88% das transferências correntes que constam dos mapas do OE referentes ao MENE, colocando em causa a possibilidade de funcionamento básico. O PCP propõe que seja recomendado ao Governo que:

1– Assegure a integridade institucional do IICT.

2 – Garanta a continuidade dos postos de trabalho existentes, independentemente da natureza do seu vínculo, como requisito indissociável da salvaguarda da integridade da instituição.

3 – O IICT, as suas funções e os postos de trabalho que representa sejam preservados.

4 – Seja dinamizada a sua intervenção como instrumento de Investigação e Desenvolvimento ao serviço da política de Cooperação do País.

5 – Seja elaborado um plano estratégico de médio prazo compatibilizado com a política de Cooperação do País e indexado às prioridades de I&D dos parceiros preferenciais de cooperação de Portugal, isto dos PALOP e Timor.

O Deputado Paulo Pisco (PS) começou por referir que a preocupação que foi aqui trazida pelo grupo parlamentar do PCP deve ser levada em consideração. Referiu que desde que se verificou a mudança da tutela, tem havido um percurso no sentido de reduzir as transferências orçamentais. Este ano o corte é ainda mais significativo. Referiu ainda que o IICT tem um papel central e insubstituível e salientou o facto de ter áreas de especialização ligadas à cooperação científica com os países de expressão portuguesa, para as quais dá um contributo muito relevante e que poderão ficar comprometidas com este corte, bem como o cumprimento de competências que se prendem com os Objetivos do Milénio. Referiu ainda que, perante cortes desta dimensão, os compromissos internacionais assumidos pelo IICT podem ficar comprometidos, particularmente os projetos em que está envolvido. Por outro lado, disse que importa ponderar as consequências destes cortes na investigação científica em Portugal e, neste caso, aquilo que o país perde nestes domínios. Concluiu considerando que esta transição da tutela, acompanhada de um corte tão significativo, traz inquietações sobre o futuro deste Instituto.

A Deputada Mónica Ferro (PSD) disse que este projeto de resolução integra uma preocupação que já tinha sido expressa na última audição ao Ministro do Estado e dos

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 112/XII/ 3.ª SL

Negócios Estrangeiros. Em relação à situação do IICT tem duas considerações a fazer:

- Há uma preocupação da tutela em salvaguardar a capacidade do IICT, no entanto, o Ministério considera que o instituto tem que ser abrangido pelo esforço de contenção que envolve toda a Administração Pública e
- Apesar de se tratar de uma redução muito significativa, há uma vontade do Governo de valorizar o acervo de investigação e afastar o cenário de extinção.

O IICT tem margem para gerar receitas próprias orientando a investigação científica para necessidades empresariais. Concluiu, referindo que o Instituto está em fase de avaliação interna, através de uma auditoria, o que nunca tinha sido feito antes e que visa promover a sua aproximação à universidade.

O Deputado José Lino Ramos (CDS-PP) começou por referir que esta iniciativa traz um conjunto de preocupações que são partilhadas por todos os que conhecem este Instituto. Só a preocupação de manter o IICT é que leva o Governo a tentar dar-lhe sustentabilidade e, no momento em que está em curso uma avaliação, considera que é extemporânea a apresentação de uma iniciativa deste teor. Deve aguardar-se pela conclusão da auditoria. O Governo não tem intenção de extinguir o Instituto, pelo que apesar das preocupações expressas e que comunga, considera que é de aguardar pelas conclusões da auditoria. As preocupações do PCP são, em seu entender, extemporâneas no momento presente.

A Deputada Helena Pinto (BE) disse que a situação tratada neste projeto de resolução, que considera oportuno, é grave e não deixa de ser triste que se ande a defender esta instituição que integra o nosso património e a nossa capacidade científica. Como já foi referido, o IICT tem capacidade para arranjar as verbas necessárias para a investigação científica. O corte de cerca de 40% é sobre os salários dos investigadores. Podemos esperar pela conclusão da auditoria, mas, provavelmente, no fim já não estará lá nada, pois a investigação faz-se com pessoas. Considera que é um desígnio importante a defesa deste Instituto e da estabilidade dos investigadores, até porque é de importância estratégica para Portugal e para os países de língua portuguesa. Concluiu referindo que o projeto de resolução é oportuno e terá o voto favorável do grupo parlamentar do BE.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 112/XII/ 3.ª SL

A Deputada Rita Rato (PCP) disse que não está em causa a sustentabilidade das contas públicas, nem sequer do Ministério, até porque a verba alocada ao IICT representa 1,25% do orçamento total do MENE. Reiterou que não se está a falar de verba destinada à investigação. Numa reunião com os investigadores do Instituto, estes disseram que não há qualquer estratégia a curto ou médio prazo para o IICT. Referiu ainda que o Instituto foi alvo do PREMAC como o foram todos os institutos. O que se trata aqui é da inexistência de uma estratégia de desenvolvimento específica a curto e médio prazo para o IICT e interpelou ainda os grupos parlamentares do PSD e CDS no sentido de afirmarem ou não o seu compromisso na salvaguarda de todos os postos de trabalho, independentemente do vínculo.

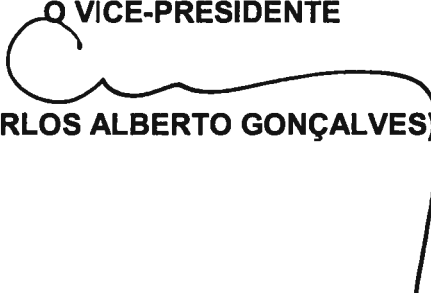
A Deputada Mónica Ferro (PSD) reiterou que da parte do Governo há vontade de salvaguardar o acervo científico do IICT, bem como os postos de trabalho.

4. Aprovação da Ata nº 110, relativa à reunião de 8 de outubro 2013.

Submetida a votação, a ata foi aprovada com a abstenção do PCP, porque não esteve presente na reunião e os votos favoráveis dos restantes grupos parlamentares.

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 18:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 29 outubro 2013.

O VICE-PRESIDENTE

(CARLOS ALBERTO GONÇALVES)



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ATA NÚMERO 112/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Martins
Ângela Guerra
António Rodrigues
Carlos Alberto Gonçalves
Feliciano Barreiras Duarte
Helena Pinto
José Lino Ramos
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Mónica Ferro
Paulo Pisco
Ferro Rodrigues
João Ramos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Basílio Horta
Maria Gabriela Canavilhas
Mário Magalhães
Nuno Magalhães
Pedro Silva Pereira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carla Cruz
Carlos Páscoa Gonçalves
Laurentino Dias
Maria de Belém Roseira
Maria João Ávila

